

Luis Fernando
Lara. *Historia
Mínima de la
Lengua Española.*
México, D.F.: El
Colegio de México,
Centro de Estudios
Lingüísticos y
Literarios, 2013,
578 pp.

Ana Paula Fabro de Oliveira

Doutoranda em Letras, na área de
Língua Espanhola, pela Faculdade
de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São
Paulo. Professora de Espanhol e
Português no Instituto Federal de
São Paulo – campus Salto.

Contato:

ana_fabro@yahoo.com.br

Historia mínima de la Lengua Española, de Luis Fernando Lara, foi publicada no ano de 2013 e elaborada a partir da identificação, por parte do autor, segundo a qual se fazia necessária uma obra que se dedicasse à história geral da língua espanhola para o público não especializado. Entretanto, sublinhe-se que, embora seja um trabalho direcionado ao público geral, não deixa de acolher estudos das áreas de humanidades, em especial, da linguística, da literatura e da história, por meio de uma cuidadosa descrição da história da evolução dessa língua.

De fato, destacamos o grande desafio da tessitura de um livro cujo delineamento do amplo panorama e dos diversos fatos relevantes que conformaram a história da língua espanhola dispendeu um trabalho de fôlego do autor no que se refere à mobilização de muitas leituras e consultas bibliográficas, dentre as quais estão contemplados autores canônicos quando se trata do processo histórico de formação do espanhol atual, tais como Ramón Menéndez Pidal, Rafael Lapesa e Rafael Cano Aguilar. Muito além disso, encontramos em sua obra uma narrativa que reorganiza e ressignifica os fenômenos e acontecimentos mais importantes da história da configuração do espanhol e de sua heterogeneidade.

Registre-se que, apesar de todos os riscos implicados num trabalho dessa envergadura, o autor logra o feito de apresentar uma versão da história do espanhol numa linguagem fluida, com uma escrita em que a busca de antecipação a possíveis dificuldades de compreensão por parte de seus leitores materializa-se na disponibilização de uma diversidade de mapas com descrições geográficas pormenorizadas, ilustrações gráficas e

exemplos textuais de diferentes campos do conhecimento: o literário, o lexicográfico, o histórico, etc.

Para cumprir com seu propósito, Lara discorre acerca dos processos históricos e políticos implicados na conformação da língua espanhola em suas distintas variedades, tanto peninsulares quanto americanas. Dito de outro modo, ressaltamos que o fio condutor da obra apresentada pelo estudioso está centrado no decurso do desenvolvimento da história das diferentes variedades do que, historicamente, designou-se e designa-se como “língua espanhola” e, por isso, são consideradas as relações desta com as de outros povos, situados nos diferentes espaços /tempos nos quais esse idioma foi/é falado. Nesse sentido, a partir de uma perspectiva que entrelaça aspectos sociais, históricos, culturais e geográficos, o autor aborda desde “contribuições” específicas deixadas pelos povos pré-românicos até aquelas que, sendo de ordem fundamentalmente lexical, provêm de línguas indígenas e africanas.

Considerando, assim, a dificuldade de se resenhar uma obra de tão amplo espectro, estamos certos de que, qualquer que fosse o percurso de leitura que trilhássemos, sempre incorreríamos no risco de negligenciar elementos julgados como fundamentais por outros olhares e outros leitores. Dessa forma, na busca de detectar as questões centrais que atravessam a história da língua espanhola apresentada por Lara, tomamos dois do que esse autor chama de “valores”, a saber, o da identidade e o da unidade linguísticas, porque consideramos que podem nos ajudar a percorrer a leitura do livro; de fato, tais valores, embora vinculados a momentos históricos diferentes, quando articulados entre si, são fundamentais para a

compreensão dos processos linguísticos da conformação do espanhol que chegou ao século XXI.

No que diz respeito à identidade linguística, a partir do panorama da evolução de um “castelhano primitivo” até a língua que já começava a ser designada como espanhol, no século XV, é essencial a compreensão de acontecimentos determinantes que culminariam num efervescente sentimento nacionalista e imperialista. Dentre eles, colocamos em relevo, primeiramente, as políticas linguísticas estabelecidas por Alfonso X e, em segundo lugar, o projeto expansionista dos reis católicos, Isabel de Castilha e Fernando de Aragão, em cujo reinado se demarca a publicação da *Gramática de la lengua española* (1492), de Elio Antonio de Nebrija, de grande importância para o liame entre identidade e unidade linguísticas, como veremos mais adiante.

No século XIII, dois gestos políticos do rei Alfonso X são fundamentais para o processo de unificação do território espanhol: o primeiro consistiu no repovoamento com falantes de castelhano dos espaços conquistados até então e, o segundo, que dá continuidade a esse primeiro, foi o entendimento do monarca de que o castelhano era a língua que uniria seus súditos sob seu reinado.

Assim, se é preciso reconhecer que o espanhol se legitimara como a língua de práticas sociais já no governo de Alfonso X, quando do reinado de Isabel de Castilha e de Fernando de Aragão e em razão de seu afã expansionista, também é necessário observar que a *Gramática de la lengua castellana* (1492), de Elio Antonio de Nebrija, registrou para a posteridade a dimensão imperial da coroa dos reis católicos, conferindo a esta o lustre próprio aos grandes

impérios da antiguidade, por meio do enunciado, presente na introdução da obra: “la lengua siempre fue compañera del imperio”. Nesse sentido, Lara destaca o reconhecimento simbólico que reveste a língua de um novo sentido o qual, entrelaçado à constituição do Estado, determina sua identidade,

[...] un valor que no sólo la identifica, sino que la instituye como unidad. Esa idea de la identidad de la lengua es la que, desde entonces, nos permite reconocer, en la variedad de los usos y de las diferencias dialectales, “la misma lengua” (LARA, 2013, 235)

Uma vez assentadas as bases do forjamento da identidade linguística do espanhol, é necessário remontar, nesta resenha, ao século XIX, marco da independência da metrópole conquistada por vários dos que chegariam a ser países hispano-americanos, quando determinados espaços começaram a se reconhecer como nação. Esse processo de autorreconhecimento enquanto nação ressignificou o “valor” da unidade da língua¹, em virtude dos rumos que poderia tomar o espanhol diante do lema nacionalista “una nación, un pueblo, una religión, una raza, una lengua²”. O autor elucida que a discussão a respeito do princípio da unidade linguística, no século XIX, foi

¹ Observe-se que o ideal da unidade linguística, de alguma maneira, já se materializara por meio da obra de Nebrija, daí que compreendemos a existência de uma ressignificação desse “valor”.

² O estudioso vincula a origem desse lema, herdado da Alemanha, da França e dos Estados Unidos, à constituição da ideologia liberal (LARA, 2013, 435)

iniciada por Andrés Bello – humanista venezuelano que compreendia o espanhol como “vínculo de fraternidade” e “meio de comunicação³” entre os vários países espargidos no continente americano – e amplamente acolhido na América hispânica e, depois, na Espanha.

Entretanto, o “valor” da unidade da língua espanhola tomou duas direções completamente opostas entre si. Uma delas assentar-se-ia nas ideias de Bello, para quem essa unidade deveria ser compreendida a partir de uma realidade caracterizada pela diversidade. Na outra vertente, porém, toda diferença dialetal é reconhecida como constante risco de fragmentação do espanhol, o que propulsiona, por parte das academias de língua, lideradas pela *Real Academia Española* (RAE), políticas de imposição de uma unidade e cerceamento à evolução linguística. Em decorrência disso, contemporaneamente, o “espanhol de Castilha” continua a ser considerado como “espanhol geral” e base dos juízos de correção da língua, ao passo que os demais dialetos, espanhóis e hispano-americanos, são interpretados como periféricos e sujeitos a “barbarismos”. Isso acarreta, de acordo com o autor, a imposição do ensino da gramática prescritiva da RAE nos países hispano-americanos, bem como o considerável aumento, anos depois, na “venda” de suas gramáticas e dicionários⁴.

No que concerne a essa instituição – fundada no século XVIII, com o apoio do então rei Felipe V – o estudioso destaca seu papel fundamental

³ Cf. LARA, 2013, 433.

⁴ Cf. LARA, 2013, 497.

no sentido de normatizar a língua e de dar coordenadas, materializadas na produção de uma vasta gama de instrumentos (dentre os quais dicionários, gramáticas e ortografias), de como deve ser o processo de evolução do espanhol. Em outras palavras, o trabalho da RAE é determinante na ratificação dos já referidos “valores” (da identidade e da unidade linguísticas) para a construção histórica do processo de conformação da língua espanhola. Cabe destacar que, segundo esclarece o autor, num primeiro momento, a Academia Espanhola elaborou seu primeiro dicionário à luz de um conceito de língua atravessado pelo ideal do *casticismo*, entretanto, alguns anos mais tarde, já se filiara a uma ideologia “reacionária de língua”, para usar as palavras do próprio autor, designada como *purismo*⁵, a qual permeia todas suas práticas até os dias de hoje.

A esse respeito, opondo-se à ideia monocêntrica de língua difundida pela referida instituição, Lara salienta o complexo “estado de existência” do que ele mesmo designa como 22 “espanhóis nacionais”, efeito da formação de comunidades e espaços de comunicação, determinados pela formação dos Estados nacionais, mediante a educação pública universal,

⁵ Lara caracteriza e esclarece a diferença entre dois ideais de língua em voga no século XVIII. Assim, o casticismo sustenta-se na ideia de que se deve substituir palavras de línguas estrangeiras por vozes formadas a partir de raízes linguísticas históricas do espanhol, entretanto, admite-se, nessa ideologia, a criação de neologismos para a expressão de novas experiências. Em contrapartida, numa concepção purista, a língua deve estar blindada à entrada de toda e qualquer voz considerada “bárbara”. A referida concepção, alicerça-se na crença de que as línguas seguem uma evolução idêntica à do ser humano, isto é, nascimento, juventude, plenitude e decadência, na qual esta última se manifesta como corrupção.

a formação de culturas nacionais, a veiculação de notícias, ideias e valores pela imprensa, etc.

Contudo, o autor demonstra-se reticente à tomada de consciência, por parte dos Estados nacionais, do policentrismo intrínseco ao espanhol e à consequente possibilidade de que cada país imponha normas linguísticas próprias para sua comunidade, de tal sorte que se concretize o maior temor de Bello: a incompreensão entre os povos hispânicos. A esse temor, Lara acrescenta o perigo de que o inglês siga avançando e passe a ser a língua de comunicação entre todos os hispano-falantes.

Destarte, o estudioso conclui seu trabalho com uma proposta que vai ao encontro da conservação de uma unidade não monocêntrica da língua espanhola, bem como da intercompreensão entre os hispanófonos. Tal proposta alicerça-se no preceito de que ao invés de difundir seus “espanhóis nacionais”, os atuais principais polos de irradiação da língua – Madri, Barcelona, Cidade do México, Bogotá e Buenos Aires – optem por propagar a “tradição culta” desta, fundamento da história do espanhol desde o século XIII, que segundo Lara, longe de ser um conjunto de normas prescritivas, é o resultado da prática da língua em cada uma de suas funções sociais. Na perspectiva do autor “la tradición culta no tiene nacionalidad, no está atada a una historia patria y no se puede someter a una agencia normativa, por consecuente y poderosa que sea” (2013, 501-502).

Importante ressaltar neste ponto, à guisa de conclusão, que ao (re)construir uma história da língua espanhola que desbanca o velho esquema colonial de uma metrópole espanhola e sua periferia hispano-americana, *Histo-*

LUIS FERNANDO LARA. *HISTORIA MÍNIMA DE LA LENGUA ESPAÑOLA*. MÉXICO, D.F.: EL COLEGIO DE MÉXICO, CENTRO DE ESTUDIOS LINGÜÍSTICOS Y LITERARIOS, 2013, 578 pp.
ANA PAULA FABRO DE OLIVEIRA

ria mínima de la lengua española, somando-se à obra fundadora de Antonio Latorre⁶, circunscreve-se num lugar bastante específico no que concerne aos trabalhos até o momento produzidos a esse respeito, posto que estes se centravam na descrição da história da língua a partir de “un sesgo nacional característicamente españolista”, relegando a um segundo plano a história de uma língua falada por milhões de falantes.

Por fim, arriscamo-nos a dizer que, dentre as muitas formas pelas quais essa obra pode acrescentar aos estudos sobre a língua espanhola, a maior contribuição do autor está na materialização de afirmações que se filiam a novos efeitos de sentido e deslocamentos na memória do dizer sobre a história do espanhol, em especial, aquelas que enfatizam o papel das variedades hispano-americanas e das línguas indígenas e africanas para o processo histórico de conformação dessa língua.

⁶ Referimo-nos ao livro *Los mil y un años de la lengua española*, o qual, segundo o próprio Lara, serviu como fonte de inspiração de sua *História mínima de la lengua española*.

